

GUIA PARA UTILIZAÇÃO DAS PEÇAS PROCESSUAIS

**MATERIAL
JURÍDICO
para
ADVOGADOS**

ACESSO OUTROS MATERIAIS JURÍDICOS

www.materialjuridico.com.br

MÓDULO EXPLICATIVO

No módulo explicativo você encontrará o detalhamento da tese jurídica defendida, qual sua base legal e qual o entendimento jurisprudencial dominante sobre o tema.

Mesmo sem ser um especialista em direito tributário, após estudar as explicações contidas no módulo, você poderá conversar com segurança com seus potenciais clientes e responder a quaisquer dúvidas que surgirem.

1.1- INICIAL COM TUTELA - JUIZADO ESPECIAL - PESSOA FÍSICA

A partir deste modelo de petição inicial, iniciam-se as peças processuais referentes ao processo principal. A primeira delas é para ajuizamento da ação junto ao juizado especial para pessoa física.

Além da vantagem de ter um procedimento, em tese, mais célere, o protocolo da ação no juizado especial também é recomendado para os casos em que não há possibilidades de obter o benefício da justiça gratuita para seu cliente, ficando este desobrigado do pagamento das custas processuais, pelo menos em primeira instância.

Neste modelo também há pedido de tutela de evidência para que o Estado Réu se abstenha de continuar cobrando o ICMS sobre encargos que não o efetivo consumo de energia nas faturas.

A competência para protocolo desta ação é no Juizado Especial Cível da Comarca de onde reside seu cliente.

Documentos necessários:

- 1) Procuração;
- 2) Identidade;
- 3) Comprovante de Residência;
- 4) Declaração de Hipossuficiência;
- 5) Contas de energia elétrica dos últimos 5 anos;
- 6) Cálculo demonstrando a diferença dos valores devidos (vide material auxiliar).

1.2 - INICIAL COM TUTELA - JUIZADO ESPECIAL - PESSOA JURÍDICA

Este modelo de petição é para ajuizamento da ação junto ao juizado especial para pessoa jurídica.

Além da vantagem de ter um procedimento, em tese, mais célere, o protocolo da ação no juizado especial também é recomendado para os casos em que não há possibilidades de obter o benefício da justiça gratuita para seu cliente, o que é muito comum em casos de pessoas jurídicas, ficando este desobrigado do pagamento das custas processuais, pelo menos em primeira instância.

Neste modelo também há pedido de tutela de evidência para que o Estado Réu se abstenha de continuar cobrando o ICMS sobre encargos que não o efetivo consumo de energia nas faturas.

A competência para protocolo desta ação é no Juizado Especial da Comarca de onde reside seu cliente.

Documentos necessários:

- 1) Procuração;
- 2) Contrato social/Inscrição no MEI;
- 3) Comprovante de residência;
- 4) Carta de preposto;
- 5) Identidade do preposto;
- 6) Contas de energia elétrica dos últimos 5 anos;
- 7) Cálculo demonstrando a diferença dos valores devidos (vide material auxiliar).

1.3- INICIAL COM TUTELA - JUSTIÇA COMUM - PESSOA FÍSICA

A segunda petição é para ajuizamento da ação junto à justiça comum para pessoa física.

É indicada para as situações em que há possibilidades de obter o benefício da justiça gratuita em favor da parte Autora. O protocolo junto à justiça comum igualmente favorece uma maior dilação probatória, assim como não há teto para recebimento de valores.

Neste modelo também há pedido de tutela de evidência para que o Estado Réu se abstenha de continuar cobrando o ICMS sobre encargos que não o efetivo consumo de energia nas faturas.

A competência para protocolo desta ação é na Vara da Fazenda Pública ou Vara Cível da Comarca de onde reside seu cliente.

Documentos necessários:

- 1) Procuração;
- 2) Identidade;

- 3) Comprovante de Residência;
- 4) Declaração de Hipossuficiência;
- 5) Contas de energia elétrica dos últimos 5 anos;
- 6) Cálculo demonstrando a diferença dos valores devidos (vide material auxiliar).

1.4 - INICIAL COM TUTELA - JUSTIÇA COMUM - PESSOA JURÍDICA

Este modelo de petição é para ajuizamento da ação junto à justiça comum para pessoa jurídica.

O protocolo junto à justiça comum favorece uma maior dilação probatória, assim como não há teto para recebimento de valores.

Neste modelo também há pedido de tutela de evidência para que o Estado Réu se abstenha de continuar cobrando o ICMS sobre encargos que não o efetivo consumo de energia nas faturas.

A competência para protocolo desta ação é na Vara da Fazenda Pública ou Vara Cível da Comarca de onde reside seu cliente.

Documentos necessários:

- 1) Procuração;
- 2) Contrato social/Inscrição no MEI;
- 3) Comprovante de residência;
- 4) Carta de preposto;
- 5) Identidade do preposto;
- 6) Contas de energia elétrica dos últimos 5 anos;
- 7) Cálculo demonstrando a diferença dos valores devidos (vide material auxiliar).

1.5 – INICIAL - JUIZADO ESPECIAL - PESSOA FÍSICA

Este modelo de petição é para ajuizamento da ação junto ao juizado especial para pessoa física.

Além da vantagem de ter um procedimento, em tese, mais célere, o protocolo da ação no juizado especial também é recomendado para os casos em que não há possibilidades de obter o benefício da justiça gratuita para seu cliente,

ficando este desobrigado do pagamento das custas processuais, pelo menos em primeira instância.

Neste modelo não há pedido de tutela de evidência.

A competência para protocolo desta ação é no Juizado Especial Cível da Comarca de onde reside seu cliente.

Documentos necessários:

- 1) Procuração;
- 2) Identidade;
- 3) Comprovante de Residência;
- 4) Declaração de Hipossuficiência;
- 5) Contas de energia elétrica dos últimos 5 anos;
- 6) Cálculo demonstrando a diferença dos valores devidos (vide material auxiliar).

1.6 - INICIAL - JUIZADO ESPECIAL - PESSOA JURÍDICA

Este modelo de petição é para ajuizamento da ação junto ao juizado especial para pessoa jurídica.

Além da vantagem de ter um procedimento, em tese, mais célere, o protocolo da ação no juizado especial também é recomendado para os casos em que não há possibilidades de obter o benefício da justiça gratuita para seu cliente, o que é muito comum em casos de pessoas jurídicas, ficando este desobrigado do pagamento das custas processuais, pelo menos em primeira instância.

Neste modelo não há pedido de tutela de evidência.

A competência para protocolo desta ação é no Juizado Especial da Comarca de onde reside seu cliente.

Documentos necessários:

- 1) Procuração;
- 2) Contrato social/Inscrição no MEI;
- 3) Comprovante de residência;
- 4) Carta de preposto;
- 5) Identidade do preposto;
- 6) Contas de energia elétrica dos últimos 5 anos;

- 7) Cálculo demonstrando a diferença dos valores devidos (vide material auxiliar).

1.7 - INICIAL - JUSTIÇA COMUM - PESSOA FÍSICA

Esta petição é para ajuizamento da ação junto à justiça comum para pessoa física.

É indicada para as situações em que há possibilidades de obter o benefício da justiça gratuita em favor da parte Autora. O protocolo junto à justiça comum igualmente favorece uma maior dilação probatória, assim como não há teto para recebimento de valores.

Neste modelo não há pedido de tutela de evidência.

A competência para protocolo desta ação é na Vara da Fazenda Pública ou Vara Cível da Comarca de onde reside seu cliente.

Documentos necessários:

- 1) Procuração;
- 2) Identidade;
- 3) Comprovante de Residência;
- 4) Declaração de Hipossuficiência;
- 5) Contas de energia elétrica dos últimos 5 anos;
- 6) Cálculo demonstrando a diferença dos valores devidos (vide material auxiliar).

1.8 - INICIAL - JUSTIÇA COMUM - PESSOA JURÍDICA

Este modelo de petição é para ajuizamento da ação junto à justiça comum para pessoa jurídica.

O protocolo junto à justiça comum favorece uma maior dilação probatória, assim como não há teto para recebimento de valores.

Neste modelo não há pedido de tutela de evidência.

A competência para protocolo desta ação é na Vara da Fazenda Pública ou Vara Cível da Comarca de onde reside seu cliente.

Documentos necessários:

- 1) Procuração;
- 2) Contrato social/Inscrição no MEI;
- 3) Comprovante de residência;
- 4) Carta de preposto;
- 5) Identidade do preposto;
- 6) Contas de energia elétrica dos últimos 5 anos;
- 7) Cálculo demonstrando a diferença dos valores devidos (vide material auxiliar).

1.9 - INICIAL - PRODUÇÃO ANTECIPADA DE PROVAS

A partir daqui saímos da seara administrativa e entramos na via judicial, todavia, sem ainda ajuizar a ação principal.

Este primeiro modelo de petição inicial deverá ser utilizado nos casos em que a Distribuidora de Energia não atendeu com o solicitado no requerimento administrativo referido no item 0.1 e você, ou seu cliente, entendem ser fundamental ter conhecimento prévio do valor que será postulado na ação principal.

A propositura desta ação, todavia, não é requisito obrigatório para o ajuizamento da ação principal. Isto porque, é possível ajuizar a ação sem ter acesso a todas as faturas elétricas dos últimos cinco anos.

A diferença está no conhecimento prévio à propositura da ação principal do valor que será devido ao seu cliente. Sem ter em mãos as faturas de energia pagas nos últimos cinco anos, você terá apenas uma estimativa do valor, com base na análise feita nas faturas mais recentes. Tendo todas as 60 faturas em mãos, você poderá elaborar um cálculo prévio ao ajuizamento da ação principal.

Logo, o ajuizamento desta ação de antecipação de provas depende inteiramente de você.

Documentos necessários:

- 1) Procuração;
- 2) Identidade;
- 3) Comprovante de Residência;
- 4) Declaração de Hipossuficiência;

- 5) Requerimento administrativo com protocolo;
- 6) Contas de energia elétrica disponíveis.

4 - RÉPLICA À CONTESTAÇÃO

Modelo de petição para contestar os argumentos levantados nas contestações apresentadas. Feito com base em análise de diversas contestações apresentadas por diferentes Procuradorias Estaduais, rebate os pontos que normalmente são levantados na defesa.

5 - RECURSO INOMINADO

Dirigido contra a sentença que julgou improcedentes os pedidos da inicial no âmbito do juizado especial, traz fundamentação necessária para combater os principais argumentos utilizados por juízes que não aceitam a tese defendida.

Documentos necessários

- 1) Sentença recorrida;
- 2) Preparo, se for o caso.

6 - CONTRARRAZÕES AO RECURSO INOMINADO

Modelo de petição para contestar os argumentos apresentados em Recursos Inominados interpostos contra sentenças de procedência. Feito com base em análise de diversos Recursos interpostos por diferentes Procuradorias Estaduais, rebate os pontos que normalmente são levantados em segunda instância.

7- RECURSO DE APELAÇÃO

Dirigido contra a sentença que julgou improcedentes os pedidos da inicial no âmbito da justiça comum, traz fundamentação necessária para combater os principais argumentos utilizados por juízes que não aceitam a tese defendida.

8- CONTRARRAZÕES AO RECURSO DE APELAÇÃO

Modelo de petição para contestar os argumentos apresentados em Recursos de Apelação interpostos contra sentenças de procedência. Feito com base em análise de diversos Recursos interpostos por diferentes Procuradorias

Estaduais, rebate os pontos que normalmente são levantados em segunda instância.

9 - RECURSO ESPECIAL

Dirigido contra acórdão proferido em contrariedade à jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça, faz o cotejo necessário com acórdão paradigma previamente selecionado e cujo inteiro teor segue com o material.

Documentos necessários:

- 1) Acórdão recorrido;
- 2) Acórdão paradigma;
- 3) Preparo, se for o caso.

10 - CONTRARRAZÕES AO RESP

Modelo de petição para contestar os argumentos apresentados em Recursos Especiais interpostos contra acórdãos favoráveis à tese defendida. Feito com base em análise de diversos Recursos interpostos por diferentes Procuradorias Estaduais, rebate os pontos que normalmente são levados à Corte Superior.

11 - AGRAVO DE INSTRUMENTO - INDEFERIMENTO DE JUSTIÇA GRATUITA

Medida recursal contra decisão interlocutória que indeferir pedido de justiça gratuita.

Documentos necessários:

- 1) Cópia integral do processo.

12 – PETIÇÃO PARA CUMPRIMENTO DE SENTENÇA

Modelo de petição para exigir o pagamento dos valores devidos pelo Estado, após o trânsito em julgado, na forma de cumprimento da sentença, nos termos do Novo Código de Processo Civil.

Documentos necessários:

- 1) Contas de energia elétrica dos últimos 5 anos;

- 2) Cálculo demonstrando a diferença dos valores devidos (vide material auxiliar).

Observação: a listagem dos documentos necessários expostos neste guia, referente aos Recursos Judiciais, considera que os processos tramitaram em meio eletrônico, caso não seja esta a hipótese, importante juntar aos recursos cópia da documentação anexada com a petição inicial, bem como demais elementos probatórios criados ao longo do processo (cálculos, decisões, etc)

16.4 - REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO PARA APRESENTAÇÃO DAS CONTAS DE ENERGIA

A utilização deste requerimento será necessária em todos os seus casos. É através dele que você solicitará à Distribuidora de Energia responsável pelo fornecimento de eletricidade na região onde seu cliente reside a emissão das faturas pagas por ele nos últimos 5 anos.

Este documento deverá ser preenchido com os dados do seu cliente (com especial atenção para o número da unidade consumidora e o período solicitado) e, juntamente com uma cópia de fatura recente e documento de identificação do consumidor, protocolada em uma agência da Distribuidora de Energia.

O objetivo aqui é ter prova documental de que as faturas foram solicitadas administrativamente, o que se faz através do protocolo do requerimento. Se a Distribuidora vai atender ao requerimento ou ignorá-lo, não nos importa neste momento.

Documentos necessários:

- 1) Requerimento impresso em duas vias (uma para protocolo);
- 2) Identidade do consumidor;
- 3) Cópia de fatura de energia recente.

ACESSO OUTROS MATERIAIS JURÍDICOS

www.materialjuridico.com.br